

Do serviço público aos benefícios privados

27-Jun-2009

Cinco empresas portuguesas foram incluídas numa selecta operadora de transacção de acções, onde só são aceites os títulos com muito elevado potencial. Todas as cinco empresas são antigas empresas públicas.

Artigo de João Romão

Cinco empresas portuguesas foram incluídas numa selecta operadora de transacção de acções, onde só são aceites os títulos com muito elevado potencial. Todas as cinco empresas são antigas empresas públicas.

EDP Renováveis, Energias de Portugal, Galp Energia, Portugal Telecom e Zon Multimedia passaram a integrar a Chi-X[®] Europe Limited, uma plataforma de negociação multilateral de acções, onde só são aceites títulos das empresas europeias mais transacionadas.

Todas as empresas portuguesas que foram agora aceites nesta mui selecta plataforma de transacção de acções são antigas empresas públicas, que passaram a beneficiar do controle monopolista ou oligopolista nos mercados da energia ou das telecomunicações.

É apenas mais um exemplo da abusiva apropriação privada de benefícios que deviam ser públicos: estas empresas prestam serviços universalmente utilizados pela população, com limitada concorrência, praticando preços que lhes garantem níveis de lucros que dificilmente conseguiriam em mercados mais abertos à concorrência.

Esta super-rentabilidade, oferecida pelo Estado a entidades privadas, torna as empresas particularmente apetecíveis nos mercados de capitais, particularmente em períodos de crise como os que atravessamos.

Esta é uma das urgências na criação de alternativas à globalização neo-liberal contemporânea, que mercantilizou os serviços públicos e privatizou a apropriação dos benefícios que estes deveriam gerar.

Uma economia com forte presença do Estado, provisão pública de serviços universais, apropriação social e colectiva de benefícios e forte capacidade de investimento e criação de emprego é uma exigência que a esquerda tem que colocar a nível nacional ou da Europa.

João Romão

{easycomments}